

**COORDENAÇÃO GERAL**

LÚCIO FLÁVIO JOICHI SUNAKOZAWA  
FERNANDO MOREIRA FREITAS DA SILVA  
OLIVAR AUGUSTO ROBERTI CONEGLIAN  
PAULO CEZAR DOS PASSOS

**COORDENAÇÃO ACADÊMICA**

PAULO CÉSAR NUNES DA SILVA  
ROGÉRIO TURELLA

# DIREITO DO ESTADO

DIREITOS FUNDAMENTAIS, DEMOCRACIA E  
CONSTITUIÇÃO

**Estudos em Homenagem aos Professores:**

Elza Antonia Pereira Cunha Boiteux;  
Manoel Gonçalves Ferreira Filho e  
Monica Herman Salem Caggiano

Londrina/PR  
2021

  
**THOTH**  
EDITORA

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.  
Londrina/PR.  
www.editorathoth.com.br  
contato@editorathoth.com.br

Direito do estado: direitos  
fundamentais, democracia e constituição.  
Coordenadores: Lúcio Flávio Joichi  
Sunakozawa, et al. – Londrina, PR:  
Thoth, 2021.  
554 p.  
Inclui bibliografias.  
ISBN 978-65-5959-058-2

1. Direito do Estado. 2. Democracia. 3.  
Constituição. 4. Direitos fundamentais. 5.  
Direitos sociais. I. Sunakozawa, Lúcio  
Flávio Joichi, et al.

CDD 341

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth

**Revisão:** Cláudia Vanessa Bergamini

**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Coordenador de Produção Editorial:** Thiago  
Caversan Antunes

**Diretor de Operações de Conteúdo:** Arthur  
Bezerra de Souza Junior

### Índices para catálogo sistemático

1. Direito Público : 341

### Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele  
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior  
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur  
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto  
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart  
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.  
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio  
Tartuce • Esp. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.  
Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão  
• Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.  
Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela  
Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia  
R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan  
Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra  
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é  
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados  
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se  
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por  
seus autores.

# SUMÁRIO

COORDENAÇÃO GERAL.....	7
COORDENAÇÃO ACADÊMICA.....	9
SOBRE OS AUTORES.....	11
PROFESSORES HOMENAGEADOS.....	19
APRESENTAÇÃO.....	23
PREFÁCIO.....	27
INTRODUÇÃO.....	43

## CAPÍTULO 1

**Paulo Ferreira da Cunha**

JUSTIÇA E POLÍTICAS - DEMOCRACIA, CIDADANIA, JUSTIÇA.....	51
1 Cidade justa e cidade de justos.....	51
2 Um programa antijustiça.....	53
3 Programa pela justiça.....	55
4 Juristas, guardiões da liberdade.....	56
5 Liberdade irredutível e direitos humanos.....	57
6 Mais cidadania, mais democracia, melhor direito.....	58
Referências.....	61

## CAPÍTULO 2

**Manoel Messias Peixinho**

CONTRIBUTOS HISTÓRICOS DO DIREITO INGLÊS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	63
Introdução.....	63

1 As revoluções inglesas de 1640 e 1688 .....	64
2 Da revolução republicana de 1640 à restauração.....	65
3 Os contributos da revolução de 1640 para os direitos fundamentais	66
4 A Revolução Gloriosa de 1688.....	68
5 Os contributos da Revolução Gloriosa para os direitos fundamen- tais .....	69
6 Consolidação dos direitos fundamentais de acordo com o direito in- glês.....	71
7 A Suprema Corte do Reino Unido: surgimento e atribuições .....	75
Considerações finais .....	76
Referências .....	78

### **CAPÍTULO 3**

**Marcus Vinicius Furtado Coêlho**

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS LIMITES: UMA ANÁLISE A PARTIR DE TRÊS CASOS JULGADOS PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	81
Introdução .....	81
1 Liberdade de expressão e seus limites: a dignidade da pessoa huma- na .....	82
2 Liberdade de expressão e seus limites: imagem, honra e intimidade.	86
3 Liberdade de expressão e seus limites: humor, imprensa e democra- cia .....	90
Considerações finais .....	93
Referências .....	94

### **CAPÍTULO 4**

**Cláudio Pereira de Souza Neto**

O STF E A PRESERVAÇÃO DA UNIDADE POLÍTICA NO BRA- SIL .....	97
I.....	97
II.....	98
III .....	99
IV.....	102
V .....	104
VI.....	104
VII.....	105
VIII .....	106
Referências .....	106

## CAPÍTULO 5

**Adolfo Mamoru Nishiyama**

### HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL: ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS CONSTITUCIONAIS.....109

Introdução.....	109
1 Características da linguagem constitucional.....	111
1.1 Caráter inicial das normas constitucionais .....	112
1.2 Caráter aberto e amplo das normas constitucionais .....	112
1.3 Caráter sintético e coloquial das normas constitucionais.....	113
1.4 Caráter político das normas constitucionais .....	113
1.5 Caráter estruturante das normas constitucionais .....	114
2 Princípios de interpretação da Constituição.....	114
2.1 O princípio da unidade da Constituição.....	115
2.2 O princípio do efeito integrador.....	115
2.3 O princípio da máxima efetividade .....	115
2.4 O princípio da “justeza” ou da conformidade funcional.....	115
2.5 O princípio da concordância prática ou da harmonização.....	116
2.6 O princípio da força normativa da Constituição.....	116
2.6.1 Outros princípios de interpretação da Constituição.....	116
2.6.2 O princípio da supremacia da Constituição.....	116
2.6.3 O princípio da coloquialidade.....	117
2.6.4 O princípio da presunção de constitucionalidade.....	117
2.6.5 O princípio da razoabilidade.....	118
2.6.6 O princípio da proporcionalidade.....	125
2.6.7 Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na Constituição brasileira de 1988.....	130
2.7 O princípio da interpretação das leis em conformidade com a Constituição .....	131
Considerações Finais.....	133
Referências .....	134

## CAPÍTULO 6

**Acelino Rodrigues Carvalho**

### CONTRA O GOVERNO DOS JUÍZES: APLICAÇÃO DIRETA DA CONSTITUIÇÃO, INTERPOSITIO LEGISLATORI E ATIVISMO JUDICIAL NA TEORIA GARANTISTA DE FERRAJOLI .....137

Introdução.....	137
1 As concepções ferrajolianas de garantia, antinomias e lacunas.....	138
2 Iniciando o debate: rentería e guastini .....	142
3 A crítica de Prieto Sanchís.....	144
4 Cademartori-Strapazzon: em defesa do ativismo judicial.....	145
5 Análise crítica: aplicação direta sem ativismo judicial.....	148

Considerações finais .....	154
Referências .....	154

## **CAPÍTULO 7**

**Flávio Garcia Cabral**

COMPREENDENDO AS RELAÇÕES DE ACCOUNTABILITY ESTATAL .....	157
Introdução.....	157
1 O que é <i>accountability</i> ?.....	158
2 <i>Accountability</i> vertical.....	165
2.1 <i>Accountability</i> eleitoral.....	166
2.2 Mecanismos sociais .....	170
3 <i>Accountability</i> horizontal.....	173
Considerações finais .....	178
Referências .....	179

## **CAPÍTULO 8**

**Alexandre Ávalo Santana**

UMA VISÃO CONSTITUCIONAL DA TUTELA JURISDICIONAL A PARTIR DAS NORMAS FUNDAMENTAIS APLICÁVEIS AO PROCESSO.....	183
Introdução.....	183
1 O Direito processual e os princípios/direitos fundamentais.....	184
2 Ordem jurídica justa em tempo razoável e as técnicas de sumarização do CPC/15.....	185
3 A importância dos sujeitos de transformação para implementação de um novo sistema processual.....	189
4 A razoável duração do processo e as alterações legislativas implementadas para sua concretização.....	190
5 A adoção expressa de princípios processuais como normas fundamentais no CPC/15.....	191
Considerações finais .....	196
Referências .....	197

**CAPÍTULO 9****Ancilla Caetano Galera Fuzishima****Josilene Hernandes Ortolan Di Pietro****POLÍTICA PÚBLICA JUDICIÁRIA NACIONAL DOS MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: IMPACTOS DO ATUAL CPC NA EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA .....199**

Introdução.....199

1 A política pública nacional de tratamento adequado de conflitos de interesse no âmbito do poder judiciário e o acesso à justiça.....202

2 O atual código de processo civil e as promessas de incentivo e solidificação da política pública judiciária nacional .....204

2.1 Regramentos processuais civis que exortam os métodos consensuais de solução de disputas no processo judicial brasileiro .....208

2.1.1 Criação de centros judiciários de solução de conflitos (Cejuscs).....208

2.1.2 Os conciliadores e mediadores judiciais: auxiliares da Justiça..209

2.1.3 A audiência de conciliação ou mediação.....210

3 Número de Cejuscs criados e instalados e o atual índice de conciliação do poder judiciário brasileiro: desafios da política pública judiciária brasileira .....212

Considerações finais .....213

Referências .....214

**CAPÍTULO 10****Lucio Flavio Sunakozawa****Luciani Coimbra de Carvalho****Gabriela Oshiro Reynaldo****Eydilaine Peixoto Sanches****JUSTIÇA, EQUIDADE E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS: DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA À CONCRETIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA.....217**

Introdução .....218

1 Concepção de justiça da antiguidade clássica: um resgate vital para a aplicação dos direitos fundamentais no constitucionalismo .....219

1.1 Sócrates e Platão e suas concepções para a teoria da justiça .....221

1.2 Concepção de justiça ou equidade por Aristoteles .....225

1.3 Cicero entre o direito natural, estoicismo e reflexos para o direito ocidental .....229

2 A contemporaneidade da concretização constitucional e dos direitos fundamentais por meio de equidade e justiça.....231

Considerações finais .....236

Referências .....236

## **CAPÍTULO 11**

**Paulo Cezar dos Passos**

A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E DA TRANSFOBIA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	241
Introdução.....	241
1 Da relevante mora legislativa .....	243
2 Implementação pelo Supremo Tribunal Federal da criminalização das condutas discriminatórias aos integrantes do grupo LGBT .....	247
3 Da interpretação conforme para criminalizar conduta homofóbica e transfóbica.....	250
4 Da necessidade de concessão de prazo razoável ao Congresso Nacional para aprovar legislação própria a respeito do tema.....	252
Considerações finais .....	252
Referências .....	253

## **CAPÍTULO 12**

**Olivar Augusto Roberti Coneglian**

A EQUIDADE E O CRIME DE ROUBO: O ROUBO DE PEQUENA MONTA. PENA E EQUIDADE .....	257
Introdução.....	257
1 Do sistema jurídico e da equidade .....	258
1.1 Do sistema jurídico .....	258
1.2 Da equidade .....	259
1.2.1 Da equidade e seu conteúdo.....	259
1.2.2 Equidade e reserva legal.....	261
1.2.3 Da equidade e sua aplicação.....	261
2 Da pena .....	262
2.1 Do objetivo da pena.....	263
2.2 Da pena individual e dos princípios da fixação da pena .....	264
2.3 Do regime e do cumprimento possível da pena.....	265
3 Do caso – roubo de pequena monta .....	265
4 Da equidade e da pena no crime de roubo.....	266
4.1 Do regime inicial e da substituição.....	267
4.1.1 Novos parâmetros para o quantum da pena.....	268
4.1.2 Da substituição da pena privativa de liberdade.....	269
4.2 A jurisprudência e os casos de modificação da pena .....	270
Considerações finais .....	271
Referências .....	273



**CAPÍTULO 13****Fernando Moreira Freitas da Silva****Michel Canuto de Sena****Paulo Roberto Haidamus de Oliveira Bastos****A SITUAÇÃO JURÍDICA DOS VENEZUELANOS NO BRASIL: DA RESERVA DO POSSÍVEL À SOLIDARIEDADE.....277**

Introdução.....277

1 Abertura ou fechamento das fronteiras?.....279

2 Argumentos favoráveis ao fechamento das fronteiras.....279

2.1 Princípio da reserva do possível.....280

2.2 Princípio da soberania .....280

3 Argumentos desfavoráveis ao fechamento das fronteiras.....281

3.1 Princípio da solidariedade .....282

3.2 Os compromissos do Brasil com a tutela dos refugiados.....284

3.3 O parecer consultivo OC-21/14 da CIDH.....284

3.4 O princípio de *non-refoulement* .....285

3.5 A Cláusula de Stoppel .....286

3.6 O conceito kantiano de *Hospitalidade Universal*.....287

4 Caminhos possíveis ao não fechamento das fronteiras .....289

Considerações finais.....291

Referências.....292

**CAPÍTULO 14****Paulo César Nunes da Silva****Matheus Garbulha Dias Domingos****O PARLAMENTO: DA ORIGEM À CRISE (?).....295**

Introdução.....295

1 razões de ruptura .....297

1.1 Lentidão estrutural parlamentar.....297

1.2 Crise sistêmica do Estado de Direito .....299

1.3 Sistema representativo em xeque.....305

Considerações finais .....313

Referências.....314

**CAPÍTULO 15****Rogério Turella****LIBERDADE E IGUALDADE: UMA ANÁLISE CRÍTICA ENTRE O DIREITO E A JUSTIÇA.....317**

Introdução .....317

1 O direito.....318

1.1 Análise crítica .....	320
1.2 Liberdade e igualdade .....	322
1.3 Constituição .....	325
2 Muros e pontes .....	327
3 Justiça .....	329
Considerações finais .....	331
Referências .....	331

## **CAPÍTULO 16**

**Raquel Domingues do Amaral**

**UMA TEORIA DE JUSTIÇA BASEADA NO BIOCENTRISMO,  
COMO LEGITIMADORA DA ATUAÇÃO ATIVA DO PODER  
JUDICIÁRIO NA EFETIVIDADE DOS DIREITOS DA NATURE-  
ZA .....**

.....	335
Introdução.....	335
1 O que é a ética biocêntrica? .....	336
2 A busca de um novo paradigma Jurídico pautado na visão biocêntrica.....	337
3 O Sistema jurídico brasileiro pode adotar uma postura biocêntrica legitimadora da atividade jurisdicional mais ativa como destinatário do dever fundamental de proteção do meio ambiente?.....	340
Considerações finais .....	349
Referências .....	350

## **CAPÍTULO 17**

**Eliotério Fachin Dias**

**Livia Gaigher Bósio Campello**

**OS DIREITOS AMBIENTAIS PROCEDIMENTAIS, A CONVENÇÃO  
DE AARHUS DE 1998 E O ACORDO DE ESCAZÚ DE 2018.....**

.....	353
Introdução.....	353
1 Os Direitos humanos e os direitos ambientais procedimentais .....	355
1.1 O Direito internacional do meio ambiente e a Declaração de Estocolmo de 1972.....	356
1.2 A Declaração do Rio de 1992 e os direitos ambientais procedimentais.....	357
2 A Convenção de Aarhus de 1998 e os direitos ambientais procedimentais.....	358
2.1 O acesso à informação ambiental na Convenção de Aarhus de 1998.....	359
2.2 A participação pública na Convenção de Aarhus de 1998.....	361

2.3 O acesso à justiça ambiental na Convenção de Aarhus de 1998	362
3 O Acordo de Escazú de 2018 e os direitos ambientais procedimentais .....	364
3.1 O acesso à informação ambiental e o Acordo de Escazú de 2018..	365
3.2 A participação pública e o Acordo de Escazú de 2018.....	366
3.3 O acesso à justiça ambiental e o Acordo de Escazú de 2018 .....	368
Considerações finais.....	369
Referências.....	370

## **CAPÍTULO 18**

**Ludmila de Paula Castro Silva**

A VULGARIZAÇÃO DO PARÂMETRO PARA CONCEPÇÃO DE NOVOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E O DESMANTELAMENTO DE SUA FUNDAMENTALIDADE.....	375
Introdução.....	375
1 Noções conceituais dos direitos humanos e sua fundamentalidade	378
2 A vulgarização do parâmetro para concepção de novos direitos fundamentais e o desmantelamento de sua fundamentalidade.....	380
Considerações finais .....	387
Referências .....	388

## **CAPÍTULO 19**

**Luciane Gregio Soares Linjardi**

DIREITOS HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DA LIBERDADE INDIVIDUAL: A FAMÍLIA COMO ESPAÇO DE REALIZAÇÃO DA PESSOA HUMANA E DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE.....	391
Introdução.....	391
1 Breves considerações acerca dos Direitos Humanos pós-segunda grande Guerra Mundial - A valorização do ser humano .....	392
2 As lutas por liberdade, igualdade e não discriminação das famílias - Uma luta contemporânea .....	398
2.1 Necessidade de superação da indissolubilidade do vínculo conjugal como exercício da liberdade de se auto-governar.....	400
2.2 Necessidade de superação da desigualdade entre homem e mulher e o reconhecimento da uniões informais como entidades familiares..	401
3 Da proteção de um “padrão familiar” à proteção dos interesses de seus integrantes – Ruptura paradigmática .....	404

3.1 A autonomia privada como expressão da dignidade da pessoa humana. Liberdade no exercício das escolhas afetivas .....	407
Considerações finais .....	410
Referências .....	412

## **CAPÍTULO 20**

**Ney Alves Veras**

A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE E IGUALDADE NO CONTEXTO DA TEORIA FUNDAMENTAL DOS DIREITOS HUMANOS.....	415
1 A proteção dos direitos humanos fundamentais .....	415
2 Breve análise sobre o conceito de princípio .....	418
3 O princípio da liberdade e seus vários desdobramentos na Constituição Federal .....	421
4 O princípio da igualdade (CF, Art. 5º, caput), ações afirmativas e a dicotomia entre igualdade formal e material .....	425
Considerações finais .....	428
Referências .....	431

## **CAPÍTULO 21**

**Aldo Aranha de Castro**

**Silvana Colombo de Almeida**

A ATUAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS COMO FUNDAMENTO PARA AS DECISÕES JUDICIAIS.....	433
Introdução.....	433
1 Uma introdução à crítica jurídica .....	435
2 A Teoria dos Princípios de Robert Alexy .....	436
3 O (Neo)constitucionalismo de Lenio Luiz Streck.....	438
4 A importância dos princípios na decisão judicial .....	440
5 Os princípios constitucionais como fundamento para a decisão judicial .....	442
5.1 Princípio da supremacia da Constituição.....	443
5.2 Princípio da presunção de constitucionalidade das leis e atos do poder público .....	444
5.3 Princípio da interpretação conforme a Constituição Federal.....	444
5.4 Princípio da unidade da Constituição .....	445
5.5 Princípio da efetividade .....	445
5.6 Princípio da Proporcionalidade (ou Razoabilidade) .....	446
5.7 Princípio da dignidade da pessoa humana.....	449

Conclusão: a atuação efetiva do magistrado para a preservação da justiça social.....	451
Referências.....	452

## **CAPÍTULO 22**

**Carlos Eduardo Malinowski**

DANO SOCIAL: COMO INIBIR AS NOVAS LESÕES À SOCIEDADE.....	455
1 Uma nova categoria de dano .....	455
2 Construção conceitual: o dano social.....	456
2.1 Conceituação jurídica do dano.....	458
2.2 Teoria do dano social.....	460
2.3 Legitimidade do dano social.....	461
3 Constituição e os direitos fundamentais e sociais .....	462
3.1 Proteção e eficácia dos direitos fundamentais e sociais: breves apontamentos.....	465
4 A função garantidora da reparação do dano social.....	468
4.1 Desigualdades sociais e necessidade de equilíbrio.....	468
4.2 A instrumentalidade da teoria do dano social.....	471
Considerações finais.....	472
Referências .....	472

## **CAPÍTULO 23**

**Carlos Eduardo Pereira Furlani**

OS DIREITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS CONTEXTUALIZADOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	477
1 Direitos fundamentais.....	477
1.1 Contextualização .....	477
2 Os direitos sociais na Constituição Brasileira de 1988.....	480
2.1 Apontamentos e fundamentos.....	480
3 Dos direitos econômicos na Constituição de 1988.....	481
3.1 Fundamentos .....	481
4 Do fenômeno financeiro.....	483
4.1 Das necessidades públicas.....	483
5 Do estado democrático de direito.....	485
5.1 Noção e fundamentos .....	485
6 Da reserva do possível ou mínimo existencial.....	487
6.1 Fundamentos.....	487
7 Dos entraves e implicações da ordem econômica diante do mínimo	

existencial.....	489
7.1 Histórico e fundamentos.....	489
Considerações finais.....	490
Referências.....	491

## **CAPÍTULO 24**

**Michel Ernesto Flumian**

DIREITOS SOCIAIS, AUTONOMIA DA VONTADE E COMPATIBILIZAÇÕES PARA PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	495
Introdução.....	495
1 A autonomia da vontade como elemento primário do exercício de liberdade e as normas de ordem pública.....	496
2 Direitos sociais e tensões crescentes .....	499
3 Parâmetros para eliminação das tensões e eficácia dos direitos fundamentais .....	505
3.1 Princípios específicos de interpretação constitucional.....	506
Considerações finais .....	512
Referências.....	513

## **CAPÍTULO 25**

**Eder Messias de Toledo**

A DEMOCRACIA EM CRISE?.....	517
Introdução.....	517
1 Definição mínima .....	517
2 A crise na democracia representativa .....	519
2.1 A decepção com a governança.....	520
2.2 A gestão medíocre e a baixa responsabilidade.....	520
2.3 O Desencanto com a política e com os eleitos .....	521
2.4 Os Partidos Políticos .....	522
2.5 O financiamento eleitoral e partidário .....	524
Considerações Finais .....	525
Referências.....	525

## **CAPÍTULO 26**

**Gabriel Amaral Rocha Ferreira**

SEGURANÇA JURÍDICA, DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITO POLÍTICO .....	527
---	-----

Introdução.....	527
1 Segurança jurídica.....	528
1.1 Concepções.....	528
1.2 Segurança jurídica para além da previsibilidade e da estabilidade.....	530
2 Direito Político.....	532
2.1 Segurança jurídica e direitos políticos.....	532
2.2 Segurança jurídica, direitos humanos e direitos fundamentais....	533
Considerações finais .....	535
Referências .....	535

## **CAPÍTULO 27**

**Larissa Beschizza Cione**

**Elon Caropreso Herrera**

A DEMOCRACIA EM CRISE? UMA ANÁLISE DAS RECENTES OBRAS DE MANUEL CASTELLS, STEVEN LEVITSKY E DANIEL ZIBLATT.....

539

Introdução.....	539
1 O desenvolvimento democrático ao longo da história.....	541
2 Qual a crise, seus sintomas e suas características?.....	543
Considerações finais .....	549
Referências .....	550

PÓS-FÁCIO .....

553